



Ata da 22ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 06 de julho de 2021.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e treze minutos, a Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, foi constatada a ausência do Vereador Leonardo Cleiton Camargo. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Marcelo Fávero de Oliveira fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Convida o Vereador Evandro Miranda, que é o aniversariante da semana, para conduzir os trabalhos da sessão. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 57, 58, 61 e 62/2021 – Poder Executivo; 60/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Indicações:** 3623, 3624, 3625, 3626, 3627 e 3628/2021 – Adriano Pereira Verediano; 3633, 3634, 3644, 3645, 3646, 3647, 3648 e 3696/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 3653, 3659 e 3662/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 3697, 3698, 3699, 3700 e 3701/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 3619, 3620, 3621, 3622 e 3690/2021 – Brás Zagotto; 3680, 3681, 3682, 3683, 3684, 3685, 3686, 3687, 3688, 3689, 3691, 3692, 3693, 3694 e 3695/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 3629, 3630, 3631, 3632 e 3716/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 3655, 3656, 3657, 3658, 3661 e 3737/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 3635, 3654, 3663, 3664, 3665, 3666, 3667, 3668 e 3669/2021 – Osmar Francisco; 3670, 3674, 3675, 3676, 3677, 3678 e 3679/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 3636, 3637, 3649, 3650, 3651, 3652, 3671, 3672 e 3673/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 3717, 3718, 3719, 3721, 3722, 3723, 3725, 3726 e 3727/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 3745/2021 – Brás Zagotto e outros vereadores; 3728/2021 – Evandro Miranda. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 101/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 102/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 103/2021 – Evandro Miranda; 104 e 105/2021 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 172 e 173/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 174, 175, 176, 177 e 178/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; *Votos de Pesar:* 97/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 96/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira. **Projetos de Decreto Legislativo:** 170/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 154, 177 e 178/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 168 e 169/2021 – Brás Zagotto; 157/2021 – Delandi Pereira Macedo; 150, 151, 153 e 156/2021 – Diogo Pereira Lube; 166, 167 e 176/2021 – Evandro Miranda; 171/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 148/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 152/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 158/2021 – Osmar Francisco. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que, na segunda-feira, recebeu a denúncia de que havia carne imprópria para o consumo em uma creche de Cachoeiro. Então, informa que foi até o local, sendo bem tratado pelos funcionários, mas não pelo guarda, que resolveu peitá-lo, certamente cumprindo ordem de alguém, dizendo que vereador não poderia fazer aquilo. Diz que, para o seu espanto, a carne estava dentro da data de validade, mas, segundo as funcionárias e os vizinhos, quando ela era levada ao fogo, cheirava a podre. Inclusive conta que filmou tudo e também registrou uma queixa na delegacia, a qual foi encaminhada à secretária de Educação e ao Ministério Público para que averiguassem, pois

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



quem vendeu aquela carne terá que devolver o dinheiro ao poder público. Menciona que, assim que saiu da creche, a Defesa Civil foi até lá e recolheu toda a carne. Então, parabeniza o pessoal da Defesa Civil, porque aquele alimento poderia ceifar a vida de uma criança. Salienta que as empresas que trabalham com vigilantes deveriam orientá-los sobre a atuação dos vereadores, que não podem ter cerceado seu direito de fiscalizar. Avisa que, da próxima vez que tiver seu direito cerceado, chamará a polícia, pois é um fiscal do povo e tem que trabalhar. Parabeniza também a secretária de Educação que, em tempo hábil, mandou retirar a carne, mostrando que tem responsabilidade. Frisa que fez o seu trabalho de fiscalizar, apesar de saber que algumas pessoas da Prefeitura não concordam com isso, tanto é que o guarda chegou a lhe peitar. Pede ao presidente que lhe autorize a usar o datashow para mostrar o vídeo que filmou dentro da escola, quando a moça lhe mostrou a carne. Deixa claro que as funcionárias sabiam que havia lá um alimento impróprio para o consumo. / **Osmar Francisco:** — Faz a entrega do Título de Cidadania Cachoeirense ao Sr. Mohamed Cade Neto, a quem passa a palavra. / **Mohamed Cade Neto:** — Diz-se honrado por ser hoje um cidadão cachoeirense, já que é natural do Município de Alegre. Lembra que chegou a Cachoeiro em 1977 e trouxe a Fiat para a cidade, inclusive conta que a Saveiro Veículos foi a segunda concessionária a se instalar no Estado do Espírito Santo. Agradece ao Vereador Osmar pela homenagem e registra que é testemunha de centenas de intervenções feitas por esse amigo, que sempre serviu o povo cachoeirense. / **Diogo Pereira Lube:** — Fala sobre o primeiro curso de redação e elaboração de documentos oficiais e do novo acordo ortográfico, que será promovido pela Escola do Legislativo, nos dias 07, 08 e 09/07, a partir das 9:00 horas. Informa que a Lenilce Pontini, que é assessora do Vereador Paulinho Careca, será a instrutora desse curso, ela que sempre se coloca à disposição da Casa e é uma excelente profissional. Lembra que todos os vereadores receberam, através do e-mail institucional, uma cartilha com o material que foi preparado pela Lenilce, com o apoio do Wallace Marvila, da Letícia, da Stephanie e do Rafael, que compõem a equipe da Escola do Legislativo. Salienta que esse curso foi pensado nos assessores dos vereadores e chefes de gabinete, mas, depois, será extensivo, com vistas a facilitar a confecção dos documentos e também fazer uma padronização dos mesmos. Menciona que, muitas vezes, o Ministério Público envia à Câmara algumas recomendações quanto às confecções documentais dos vereadores, já tendo acontecido, por exemplo, de o assessor externo não entender qual era a atribuição dele e, assim, os relatórios não ficarem bem redigidos. Diz que, na Escola do Legislativo, viram a necessidade de potencializar a escrita da assessoria e unificar a forma de produzir os documentos, até para dar mais rapidez aos trâmites dos processos. Ressalta que, depois, vão pensar numa forma de levar para a sociedade alguns cursos e ideias para que ela também seja inserida no mundo legislativo. Então, parabeniza a equipe da Escola do Legislativo e a Lenilce Pontini. Registra também que a Comissão do IPTU está fazendo um trabalho sério, mas tem sido bombardeada por uma imprensa que se diz formadora, mas, na verdade, é deformadora de opinião, pois leva mais problemas para o povo, em vez de ajudá-lo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que está sendo feito um mutirão no plenarinho para tratar do IPTU e das emendas ao projeto que chegou à Câmara. Sugere ao presidente que essas emendas, que provavelmente serão protocoladas hoje na Casa, sejam enviadas à Comissão de Constituição para análise. Assim, pede que seja marcada uma sessão para a próxima quinta-feira para os vereadores votarem essa matéria e apresentarem o trabalho da Comissão do IPTU à população cachoeirense. Frisa que essa comissão está focada em apurar o gasto de 11 milhões de reais com o recadastramento. Informa que a comissão já recebeu todos os documentos solicitados à Secretaria de Fazenda; então, avisa que a meta agora é resolver o problema do IPTU, apresentando algumas emendas ao projeto, que são as reivindicações dos dezesseis vereadores.



Destaca que uma delas é acrescentar 10% à proposta do Executivo de dar 80% de desconto. Continuando o seu discurso, agradece ao Secretário Paulo Miranda pela visita que fez à rua conhecida popularmente como a do Carola, em Itaoca. Lembra que há uma reivindicação antiga de melhorias para aquela estrada, e o secretário entendeu que, no momento, a aplicação de revsol já resolveria o problema dos moradores. Inclusive registra que, segundo o secretário, esse serviço será iniciado daqui a quinze ou vinte dias. Comenta que cada vereador faz cerca de duzentas indicações por mês, mas precisa procurar os secretários e lutar para que as coisas aconteçam; do contrário, passará quatro, cinco meses sem receber sequer uma obra. Ressalta que foram feitos vários serviços de tapa-buracos em Itaoca, sendo que a maioria no centro do distrito foi um pedido ao DNIT, visto que passa lá uma BR; porém, menciona que, com as chuvas do final do ano, as ruas ficaram esburacadas novamente. Agradece ao Teco, que é o engenheiro civil responsável pela manutenção, que se empenhou bastante. Assim, conta que, ontem, começou a ser feito lá o serviço de tapa-buracos, o que é muito importante para a comunidade e também para o turismo, visto que a Pedra da Penha virou uma rota turística, envolvendo São Vicente, Alto Boa Vista, Cachoeirinha do Bocó e Cachoeira Alta. Salaria que também está sendo feita uma limpeza geral no distrito, razão pela qual agradece à Prefeitura. Solicita aos Secretários de Agricultura e de Turismo, especificamente à Fernanda, que invistam naquela rota de São Vicente, dada a importância dela para Cachoeiro no que tange ao agroturismo, pois naquela região há belezas naturais que devem ser exploradas turisticamente. Propõe que a Secretaria de Cultura apresente essa rota ao Governo do Estado. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Conta que hoje um rapaz lhe disse que há maquinários na região do Frade para potencializar aquela rota, só não sabia se eram do Governo do Estado ou da Prefeitura de Rio Novo. Considera importante a colocação do Vereador Alexandre, visto que Cachoeiro tem muitos polos que podem potencializar o agroturismo. Coloca-se à disposição do vereador, já que faz parte da Comissão de Turismo da Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Informa que na Rota de São Vicente há a Cachoeira Alta, que é um ponto turístico muito importante para esporte radical, e também a Cachoeirinha de Bom Jardim, a do Bocó e a Pedra da Penha. Inclusive destaca que há pessoas que querem empreender naquele local. Então, pede à secretária que tenha um olhar diferenciado para tal região. Lembra que um representante do Governo Estadual foi àquela comunidade há três, quatro anos para apresentar um projeto de pavimentação de Independência até a Rota da Penha, mas, depois, isso caiu no esquecimento. Ressalta que os Secretários de Turismo e de Agricultura do Estado não trazem nada para Cachoeiro, pois estão “numa pegada” do Município da Serra para cima, que é o reduto eleitoral deles. Então, fala da importância de os vereadores fortalecerem esse pedido para que Cachoeiro tenha uma rota de agroturismo, apresentando São Vicente como a principal neste momento, já que há projeto e pessoas empreendendo lá, e, depois, podem partir para outros polos, como Burarama. / **Adriano Pereira Verediano:** — Registra a sua felicidade diante dos avanços que a comissão do IPTU vem alcançando; por isso, parabeniza o Presidente Diogo Lube e os demais componentes dela. Diz acreditar que terão mais sucesso nessa caminhada, já que as coisas estão sendo feitas da forma que deveriam ser, com o compromisso de buscar solução para o aumento exorbitante do IPTU. Menciona que hoje vê um cenário diferente, pois os vereadores e a população não estavam sendo ouvidos. Ressalta que, mesmo o governo dando um percentual de desconto, os vereadores chegaram à conclusão de que isso ainda está acima do que a população pode pagar, neste momento de dificuldade. Então, informa que estão preparando emendas para que possam dar mais um frescor à população, que vem sendo bombardeada há tempos, de forma até desleal. Diz ter convicção de que o caminho escolhido foi o certo, buscando primeiro a solução para o problema do IPTU, pois sabiam que teriam mais batalha pela frente referente à comissão especial de inquérito. Conta que requereram



ao secretário de Fazenda toda a documentação, que inclusive já chegou à Câmara e começou a ser avaliada, e, em cima disso, vão dar prosseguimento aos trâmites dentro da forma correta. Parabeniza a todos os vereadores que estão se empenhando para que a vitória seja do povo cachoeirense. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Lembra que, há algumas semanas, usou a tribuna da Câmara para se dirigir ao Superintendente Regional de Saúde, Sr. José Maria Justo, quando citou o caso de uma gestante que necessitava de um remédio chamado Enoxaparina para que pudesse levar a gravidez até o final, depois de ter passado por duas perdas. Inclusive diz que aplaudiu a Cáritas Diocesana e o povo de boa vontade que estavam cumprindo o papel do Estado. Relembra a história dessa grávida, que procurou um hematologista, o qual fez um laudo dizendo que ela precisava fazer uso dessa injeção, que é cedida pela farmácia estadual; porém, ela recebeu duas negativas da superintendência. Então, registra que o superintendente protocolou duas páginas e meia de resposta direcionada a ele, Marcelo. Cita que, na Comissão do Covid, foi dito ao superintendente que os médicos poderiam pelo menos tentar fazer alguma coisa pelo paciente com essa enfermidade, até prescrevendo antibióticos, já que até agora não há nada confirmado pela ciência que seja 100% eficaz. Ressalta que a resposta do superintendente foi belíssima, afirmando que o médico tinha autonomia e responsabilidade para prescrever os remédios, não havendo nenhuma interferência nisso. Entretanto, frisa que, pela resposta do superintendente agora quanto à prescrição de um medicamento para a paciente grávida, parece que o médico é louco. Então, informa ao Sr. José Maria que, graças a Deus, e não à Superintendência nem à Secretaria Estadual de Saúde, a neném dessa gestante nasceu com três quilos. Acrescenta que graças também ao médico, que prescreveu a injeção, e ao povo de boa vontade, que pagou por esse medicamento, juntamente com a Cáritas Diocesana, as comunidades católicas e os muitos irmãos evangélicos. Então, com todo o respeito ao superintendente, enfatiza que vai rasgar a resposta que recebeu, porque de conversa fiada e de teoria o povo já está cheio. Destaca que o superintendente citou três vezes o nome do Ministério da Saúde, mas não fez referência a nenhuma portaria. Salienta que o superintendente regional e o secretário Estadual de Saúde precisam gastar o dinheiro para atender a necessidade do povo e, para isso, basta fazerem o trabalho direito. Deixa claro que não engole essas falácias do superintendente, pois está na Câmara para defender o direito do povo. Pede aos futuros candidatos ao Governo do Estado que, em vez de ficarem jogando pedras, apresentem propostas para que os problemas sejam resolvidos e que também montem equipes de trabalho que de fato vão garantir o direito do povo. Diz que está encaminhando à Superintendência vários pedidos de informação e da documentação do Ministério da Saúde com essas diretrizes que o superintendente tem que seguir, pois tem certeza de que tudo isso é escrita do Estado. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Fala do setor de identificação e do IML, que são de competência do Governo do Estado, mas estão abandonados há tempos em Cachoeiro. Inclusive diz que o perito Edvandro Brito luta para manter esses dois serviços no Município. Registra que o setor de identificação faz, no máximo, vinte carteiras por dia em Cachoeiro e, por isso, muitas pessoas vão tirar esse documento em Jerônimo Monteiro, Muqui ou em Atílio Vivácqua. Então, frisa que Cachoeiro está estagnado no que diz respeito a coisas básicas, como o documento de identificação, mesmo com o novo local. Comenta que, se a Prefeitura não tivesse entrado com uma contrapartida, certamente esse serviço já teria parado em Cachoeiro. Lembra que, na legislatura anterior, ouviu um delegado dizer que poderia fechar o setor de identificação em Cachoeiro, pressionando o Município, mesmo essa sendo uma obrigação do Estado. Ressalta que o IML também é de obrigação do Estado, mas querem colocar essa responsabilidade no Executivo Municipal. Informa que o Vereador Ely já propôs reuniões com o chefe da Casa Civil, mas nada foi resolvido, já que falta perito nos finais de semana e feriados, sem contar que, quando um entra de férias, o IML vira um caos. Menciona



que o IML de Cachoeiro atende a trinta e dois Municípios; porém, não vê uma movimentação do Estado com vistas a melhorar esse atendimento numa hora tão triste, que é a perda de um familiar ou de um amigo. Salaria que Cachoeiro só ganhou o nome de polo do Sul do Estado; então, pede ao governo que envie para o Município também as benesses. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz-se espantado por ver como a Prefeitura trata as coisas de forma diferente, dependendo de quem as solicita. Registra que os requerimentos de informação feitos pela Comissão do IPTU já foram respondidos; entretanto, ele e outros vereadores ainda não receberam as respostas aos pedidos que fizeram desde o início do ano. Então, avalia que a Prefeitura de Cachoeiro só trabalha sob pressão, e não por respeitar os Poderes constituídos. Frisa que foi por pressão da Câmara que a Prefeitura decidiu rever o aumento do IPTU e respondeu aos pedidos de informação sobre o recadastramento. Então, pergunta por que os vereadores não abrem a CEI. Reconhece a importância da Comissão de Acompanhando do IPTU, pois, graças a ela, os vereadores vão poder ter as informações sobre a Empresa SQL e entender o porquê desse aumento. Inclusive avisa que o projeto chegou à Câmara na sexta-feira e que os vereadores vão trabalhar para aumentar o desconto. Salaria que, do mesmo jeito que o prefeito usou como desculpa a mudança na base de cálculo, os vereadores também podem aumentar esse desconto para próximo a 100%. Ressalta que já estão resolvendo a questão do aumento, mas que é preciso saber dos 12 milhões de reais que foram para a SQL e também por que essa empresa participou do processo licitatório, voltou atrás e, depois, entrou na adesão de ata, com um valor mais alto. Deixa claro que a CEI não é para cassar o Prefeito Victor Coelho, e sim para investigar o contrato da Empresa SQL. Comenta que, se esse contrato foi feito de maneira correta, o prefeito e o secretário de Fazenda não precisam ter medo. Destaca que, se a adesão de ata tiver sido feita de forma errada, quem fez o processo licitatório e o dono da empresa é que precisam ter medo. Enfatiza que, se o Tribunal de Contas disse que não podem zerar o aumento, já que houve um gasto, é preciso fazer essa investigação. Inclusive menciona que, se a empresa estiver errada, o Município poderá pedir o dinheiro de volta, pois é preciso ter responsabilidade com as coisas públicas. Diz ao líder do governo que, do mesmo jeito que os dezesseis vereadores fizeram o requerimento de informação, depois da pressão popular por não assinarem a CEI, os três que assinaram, aliás, os quatro, agora com o colega Maitan, querem saber onde foram parar os 12 milhões de reais. Lembra que diziam que a Câmara estava dividida em dez e nove; agora, parece que estão dividindo em dezesseis e três. Frisa que quer a união da Câmara e que seja investigado o contrato, pois 12 milhões de reais foram jogados no ralo, já que esse foi um recadastramento fake, só para tirar dinheiro da população para os candidatos fazerem a farra na eleição do ano que vem. Comunica que a secretária de Esporte já está fazendo campanha e distribuindo cestas básicas, cuja função não é nem dela, enquanto que os vereadores continuam quietos. Diz que não podem deixar esse povo vir de Vitória sugar o dinheiro da população cachoeirense. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Lembra que a Câmara já foi classificada como G-10, G-9 e, agora, G-16, mas avisa que quem está fazendo isso, com a permissão dos vereadores, é a mídia para provocar um desgaste na Casa. Frisa que os vereadores que não assinaram a CEI também têm o interesse de saber sobre esse dinheiro, que é do povo. Ressalta que o trabalho está sendo feito da forma certa para, depois, ser encaminhado para onde for. Deixa claro que não deve favor a ninguém do Poder Executivo, pois foi eleito democraticamente pela população e é por ela que luta na Câmara. Enfatiza que não está querendo acobertar ninguém e que esse processo chegará onde tiver que chegar, doa a quem doer. Diz entender que alguns colegas queiram abrir a CEI, mas salienta que todos ainda vão chegar nesse ponto, pois têm quase quatro anos pela frente, e não será no apagar das luzes que isso vai acontecer, como foi a votação daquele projeto. Menciona que, por mais que haja indícios, já que

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



o secretário de Fazenda deixou muitos vestígios no ar, não quer apontar as coisas. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz achar que esse tempo de espera dará munição para eles. Analisa que, se já foi identificado indício de irregularidade, os colegas poderiam começar a investigar, já que ficar empurrando isso com a barriga será benéfico para eles, e não para a população. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que gostou muito da fala sensata do Vereador Juninho e questiona o porquê de a Câmara não abrir a comissão especial de inquérito. Pergunta por que fazer um processo com audiências públicas para, lá frente, perceber que será preciso abrir a CEI. Informa que a comissão especial de inquérito não é para investigar o prefeito, e sim a empresa. Indaga por que a administração manda bater tanto nele e quer cassar o seu mandato. Reflete que isso é por medo que se abra a comissão especial de inquérito. Lembra que já disse que, quando for aberta essa comissão, será aberta também a porta do inferno para essa gente. Avalia que, se tivesse sido aberta a comissão de inquérito, não haveria esse desgaste na Câmara e o problema já estaria sendo resolvido. Pergunta qual seria o custo para abrir essa CEI e ele mesmo responde que seria gasto uma merreca, inclusive comenta que já até apurou valores com algumas empresas que fazem esse tipo de serviço. Alerta que essa protelação quanto à CEI está calçando a empresa de tal forma que, depois, será difícil achar alguma coisa. Salaria que isso, talvez, não seja culpa dos vereadores que estão na Comissão do IPTU, e sim uma manobra do Poder Executivo para calar a comissão especial de inquérito. Conta que a sociedade quer que seja aberta essa comissão, pois 12 milhões 251 mil reais estão indo embora de Cachoeiro. Frisa que a CEI tem o poder de prender quem roubou e fez falcatura e até mesmo de resgatar esse dinheiro. Diz que respeita os dezesseis vereadores, mas avisa que esse aumento tem que zerar, porque a Prefeitura agiu com covardia com a população cachoeirense, aumentando o IPTU em 1000%, 1500%. Comunica que a Prefeitura de Cariacica, em vez de aumentar, está dando desconto no IPTU. Diz-se estarrecido e envergonhado, pois o Executivo Municipal, no início, não arredava o pé para nada e afirmava que não podia tirar sequer 1 real desse aumento, pois tinha ordens do Tribunal de Contas; porém, lembra que, a partir do momento em que a sociedade se revoltou e o Presidente Brás Zagotto partiu para cima, a Prefeitura resolveu dar 80% de desconto. Deixa claro que 80% e 90% não lhe interessam, é preciso zerar esse aumento e dizer a verdade. Enfatiza que o secretário de Fazenda mentiu para os vereadores e que, portanto, se tivesse sido na comissão especial de inquérito, ele teria saído preso da Câmara. Recorda que o secretário mentiroso disse que o prefeito tinha pedido várias vezes para não fazer isso, mas o Tribunal de Contas não aceitava; porém, agora, a Prefeitura pode dar 80% de desconto, sem contar que os vereadores podem apresentar emenda para aumentar mais esse percentual. Informa que só vai votar a favor do projeto do IPTU, se zerarem esse aumento, porque estão usurpando o dinheiro dos municípios cachoeirenses. Ressalta que não podem cassar o seu mandato, porque suas contas estão certas; portanto, essa pressão é só para ver se ele cede. Comenta que há uma pessoa no seu bairro que vai trabalhar a pé em casa de família por falta de ônibus, sendo que o IPTU dela subiu de 150 reais para 480 reais, cuja casa tem oitenta metros quadrados e não foi reformada em nada, além de a rua também não ter recebido nenhuma melhoria. Destaca que essa senhora disse que não foi nenhum recenseador na cada dela; então, considera isso um roubo. Pede ao pessoal da Prefeitura que respeite a Câmara e pare de fazer manobras escusas para dar tempo a esses malandros que vieram de fora pegar o dinheiro de Cachoeiro. Deixa claro que o contrato foi rescindido; depois, houve um aditivo, e isso hoje já está em 12 milhões 251 mil reais, cujo dinheiro poderia ter sido colocado no IPTU, já que é mais do que a receita desse imposto, e, assim, não precisariam cobrar da população. Menciona que não havia avião, e sim drone, mas, agora, apareceu um no site da Prefeitura, e a

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



cada dia surge uma coisa nova, até gente estudando em um escritório, e tudo para maquiagem o tal do IPTU, que foi feito na calada da noite, sem que houvesse visita às casas dos contribuintes. Diz acreditar que isso tenha sido feito pelo Google, porque não tinha avião sobrevoando Cachoeiro. Lembra que a população enfrentou enchente, greve da polícia, pandemia e ainda sofre com o “fica em casa” e o “fecha tudo”. Enfatiza que o povo não pode pagar 1 real a mais do que o valor do ano passado, porque, na verdade, não foi feito um escalonamento para essa cobrança do IPTU, o que achou a maior cara de pau desse governo. Registra que sente vergonha de ser vereador, pois lembra que o prefeito havia dito que mandaria o secretário à Câmara para convencer a todos os edis; porém, frisa que a ele não convenceu. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que a Comissão do IPTU é séria, apesar de parte da imprensa querer desinformar a população. Registra que é professor, é de esquerda e cristão, ao contrário do que muitos afirmam. Acrescenta que é técnico e nunca fez política de troca ou de negociação de cargos com a Prefeitura nem com ninguém. Lembra que, na gestão anterior, ele foi um dos vereadores que mais criticaram o governo de Victor Coelho e não se exime de fazer isso agora, principalmente com relação ao IPTU, já que não houve transparência nem divulgação. Concorda com o Vereador Ary Corrêa de que isso foi um tiro no coração do povo cachoeirense; entretanto, ressalta que essas mídias desinformadas também são ligadas a uma ideologia política e já querem pensar em 2022, no grupo que representa uma oposição ao Casagrande e ao Victor Coelho. Menciona que o mesmo grupo que questiona a CPI contra o Bolsonaro, dizendo que aquilo é um circo, pede a CEI em Cachoeiro e leva a população a ficar contra os procedimentos técnicos legais e, assim, pressionar a Câmara como se ela tivesse culpa de um erro cometido no Poder Executivo, que não respeitou o Tribunal de Contas nem a determinação, por exemplo, de dar ampla publicidade ao processo de recadastramento. Conta que a comissão recebeu ontem, das mãos do secretário de Fazenda, as vinte e seis respostas num pen drive, com mais de duas mil páginas. Então, frisa que de fato há muitas informações que ele, como professor, e o seu corpo jurídico e técnico não têm capacidade para dizer se estão certas ou erradas. Salienta que o Ministério Público e o Tribunal de Contas têm capacidade, através de seus peritos e auditores, que serão escolhidos, a partir do crivo dessa justiça, para fazerem as ponderações do que estiver certo e errado. Comenta que todo mundo tem o direito de resposta; assim, fazer uma CEI sem documentos não é dar tempo ao outro lado para encobrir a verdade, e sim a qualquer pessoa para buscar as respostas e também se defender. Diz acreditar que haja erro; do contrário, não teria chegado à Câmara um projeto dando desconto nem pedindo prorrogação de prazo. Portanto, avalia que a Prefeitura reconheceu que errou no IPTU. Deixa claro que essa comissão está comprometida, inclusive informa que há uma equipe no andar térreo da Casa esperando a contribuição dos vereadores, seja através de emendas ou de posicionamentos. Ressalta que serão feitas emendas em conjunto, mas dentro da legalidade e sem fazer circo, pois não há como dar desconto de 100%. Registra que os vereadores vão fazer o possível para reverter essa situação, inclusive entregando todo o relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para revelar o que estiver velado, mas sempre dentro do procedimento legal. Enfatiza que não adianta mídia deformadora de opinião querer falar sobre o seu caráter enquanto vereador. Pede que essa gente pare de propagar fake news, de fazer chantagem e de dar conceito errado para a sociedade, deseducando-a cada vez mais. Frisa que devem questionar o seu trabalho como vereador, e não a sua vida pessoal, pois não tem que prestar contas do que faz com sua família e com seus amigos. Deixa claro que não participa de grupo “Politicando”, “Cachoeiro Post” ou de outros politiquinhos. Comenta que quer levar para a sociedade uma educação política séria, mas acaba virando meme e até picolé de chuchu com x. Pergunta se a sociedade sabe quanto custa uma CEI, uma auditoria e uma perícia técnica. Enfatiza que os vereadores não são palhaços, mas também não são mágicos para resolverem problema que não



criaram. Portanto, diz que os vereadores querem fazer as coisas de forma clara e técnica. Informa que não teve nada a ver com a nomeação da presidente do seu partido, apesar de reconhecer que a capacidade técnica dela é indiscutível. Destaca que as relações existentes entre o Governo do Estado, a Prefeitura e os partidos políticos ligados ao governador não lhe interessam nem nunca lhe interessaram. Assim, garante que não tem nada a ver com a nomeação de ninguém e também não tem o poder de nomear ou exonerar qualquer pessoa, a não ser as do seu próprio gabinete. Pede que o fiscalizem seriamente, e não que façam palco de sensacionalismo com o seu nome, como um bando de abutres e de hienas, principalmente a mídia podre e paga que há em Cachoeiro. Avisa que a política é uma ação também de responsabilidade cidadã. Diz que, agora, querem detoná-lo nas escolas, com pais de alunos e com a sociedade. Conta que a comissão está preparando um relatório com todos os documentos e que isso será enviado, o mais rápido possível, ao Ministério Público e o Tribunal de Contas; assim, vão esperar que esses órgãos enviem perícia e auditoria técnica para responderem aquilo que os vereadores não entenderam. Afirma que a Prefeitura e o secretário de Fazenda erraram, pois não deram publicidade a isso. Menciona também que, se houve recadastramento, isso não foi feito em sua casa nem com transparência. Comunica que os vereadores vão apresentar emendas para que o recadastramento seja justo, sério e transparente e que isso também não gere ônus para o contribuinte que já pagou. Então, salienta que, se tiver que devolver, que isso seja em dinheiro e, se tiver que punir alguém, que seja na justiça. Enfatiza que a Câmara está seguindo o trâmite correto, dentro da legalidade, esperando que o Poder Judiciário se posicione. Diz que, enquanto Legislativo, podem fazer essa proposta ou, então, dar um tiro no escuro. Coloca a comissão à disposição dos vereadores, caso queiram fazer emendas ou pontuar algumas coisas. Deixa claro que irá até o fim, independente de a mídia sensacionalista expor a sua imagem. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, às vezes, não tem o mesmo posicionamento político do Vereador Diogo, que é esquerdista, mas, como estão em um País democrático, cada um exerce o mandato da forma que achar conveniente. Diz que, como presidente da Câmara, está muito satisfeito por ter contribuído com a abertura dessa comissão. Destaca que não havia pessoa mais adequada para fazer parte dessa comissão do que o Vereador Paulinho Careca, que trabalha no setor de Dívida Ativa da Prefeitura há mais de trinta e três anos. Menciona que essa comissão e a Câmara já provaram que não estão de brincadeira; por isso, tem certeza absoluta de que a população cachoeirense vai sair ganhando. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que o importante na democracia é saber ouvir. Fala de sua admiração pelo Presidente Brás e ressalta que, independente dos posicionamentos políticos, os dois convergem mais do que divergem quando pensam no que é melhor para Cachoeiro. Comenta que na mesma rua onde mora uma pessoa de direita também mora uma de esquerda, e os vereadores estão na Câmara para tentar resolver o problema de toda a cidade. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que, agora, a população está vivendo um momento de baixa com relação ao Covid, pois as vacinas estão sendo aplicadas, apesar de achar que poderia estar mais avançado, mas, infelizmente, as coisas não acontecem da forma que deveriam, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro. Conta que se surpreendeu outro dia quando viu uma reportagem dizendo que o Japão, que vai sediar as Olimpíadas, está muito atrasado na vacinação contra o Covid-19, enquanto que em Cachoeiro de Itapemirim isso está bem avançado. Então, fala de sua felicidade pelo Espírito Santo, proporcionalmente, ser um dos Estados à frente no que diz respeito à vacinação. Comenta que no Hospital do Aquidaban há mais de cem leitos para Covid, e esse é um patrimônio que ficará para Cachoeiro. Salienta que alguns Estados da Federação estão totalmente enlameados devido à corrupção do dinheiro da saúde, a exemplo do Rio de Janeiro, que chegou a ter o governador cassado, principalmente por ter criado hospitais de campanha que nunca funcionaram. Frisa que é preciso ter seriedade e transparência com o



serviço público. Avalia que essa celeuma quanto ao recadastramento e ao IPTU está dividindo a Câmara, havendo vereador falando mal de vereador. Diz ao colega Ary que, em certos momentos, dá vergonha mesmo de ver um vereador que não respeita o posicionamento do outro. Avisa que todo mundo colhe o que planta, a exemplo do que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, onde plantaram a corrupção e foram cassados. Registra que, se há alguém trabalhando de forma corrupta em Cachoeiro, seja no Poder Executivo ou no Legislativo, vai pagar o preço, porque nada fica escondido. Reflete sobre a responsabilidade da Câmara, dos vereadores e do prefeito em fazer o que é preciso na política pública de Cachoeiro, sendo que o chefe do Executivo também precisa reconhecer que falhou em alguma coisa. Concorde com o Vereador Diogo Lube de que há coisa errada; do contrário, o prefeito não precisaria retroceder. Fala da importância de cada vereador cumprir seu papel, não apenas solicitando a limpeza de ruas, mas também fazendo com que o Município se desenvolva e a máquina gire. Ressalta que há pessoas que querem ver o circo pegar fogo e usam as mídias para colocar um contra o outro por interesse politiqueiro, querendo que seu grupo político assuma o poder e, para isso, precisam desidratar quem está no governo hoje. Diz que está vendo a CPI do Governo Bolsonaro, a qual, em sua opinião, é fajuta, porque não quer outra coisa a não ser desidratar o Governo Federal. Destaca que os mesmos que são contra a CPI do Congresso Nacional apoiam a abertura da CEI em Cachoeiro. Reconhece que a CEI é um procedimento legal, mas não sabe se esse é o melhor caminho. Informa que todos os documentos que foram pedidos pela comissão constam do Portal da Transparência da Prefeitura. Comenta que, se perguntasse qual colega olhou documento por documento lá, talvez, teria uma decepção, mesmo essa sendo a função dos vereadores. Salaria que, ao que lhe parece, o interesse é desinformar, porque, assim, fica mais fácil manipular as coisas. Pergunta qual a condução que os vereadores querem dar a esse processo: a real ou a politiquiera. Indaga se os vereadores vão assumir a responsabilidade de dar transparência, publicidade, buscar a informação fidedigna e mostrar o resultado dela, doa a quem doer. Deixa claro que não está fazendo nenhum julgamento, mas, se o prefeito fez alguma besteira, terá que pagar por isso. Frisa que a Câmara não pode ser um ambiente de desinformação. / **Aparteando Evandro Miranda (Presidente em exercício):** — Conta que recebeu três ligações de pessoas lhe pedindo para que assinasse a CEI e, quando lhes perguntou o que era uma comissão especial de inquérito, elas não souberam responder e disseram que alguém tinha lhes induzido a telefonar para os vereadores e solicitar a abertura dessa comissão. Ressalta também que algumas pessoas ainda não sabem que podem pedir a revisão do IPTU; portanto, diz que é preciso levar mais informação para o povo. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Registra que, segundo o secretário de Fazenda, todas as informações, inclusive as respostas aos requerimentos feitos pela comissão, serão disponibilizadas no site da Prefeitura. / **Delandi Pereira Macedo:** — Afirma que já estão no Portal. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Informa que a comissão está aguardando também a contribuição da sociedade civil, como técnicos, advogados, contadores, entre outros. Então, sugere que, em vez de as pessoas ficarem criticando, deem suas contribuições, pois os componentes da comissão estão de braços abertos esperando essas análises para, tecnicamente, poderem fazer as pontuações necessárias. / **Delandi Pereira Macedo:** — Destaca que, geralmente, o Ministério Público e o Tribunal de Contas são os primeiros a se posicionarem quando há alguma coisa errada. Diz não ter dúvida de que esses órgãos estão acompanhando os acontecimentos e que tudo virá às claras. Enfatiza que não depende de comissão, de CEI nem de nada para fazer a investigação e convocar qualquer servidor da Prefeitura para comparecer à Câmara, pois foi eleito para fiscalizar, assim como todos os vereadores têm autonomia para isso. Informa que tem uma emenda pronta para o projeto, mas não a protocolou ainda em respeito aos colegas vereadores. Salaria que não sabe se será feito



em conjunto com todos os vereadores ou se cada um apresentará uma emenda, que serão discutidas depois, quando da votação do projeto; então, pede um direcionamento. Menciona que não sabia que havia uma comissão reunida lá embaixo. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Informa que, hoje, às 13:00 horas, foram aos gabinetes avisar aos vereadores que havia um corpo técnico da comissão disponível para receber qualquer tipo de emenda ou de projeto. Inclusive diz que o Vereador Delandi ainda não tinha chegado à Câmara. / **Delandi Pereira Macedo:** — Então, pergunta se deve encaminhar sua proposta de emenda a essa comissão. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Responde que sim, mas que também não haverá problema, se o colega quiser apresentá-la de forma paralela. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se essa será a temática. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Diz que a temática será em conjunto. Inclusive comenta que, de repente, a emenda do Vereador Delandi já esteja até contemplada. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que o ideal, então, seria os vereadores se juntarem para definirem qual caminho tomar. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Registra que as emendas devem ser feitas de forma coletiva, através da comissão, que representa a todos os vereadores. Ressalta que cada vereador dará sua sugestão, e elas serão agrupadas em forma de emendas; assim, se elas atenderem à população, serão protocoladas pela comissão. Lembra que o Vereador Alexandre de Itaoca pediu que fosse feita uma sessão extraordinária, na próxima quinta-feira, para votar esse projeto; porém, diz que sugeriu que fosse dado mais um tempo, já que o prazo para o vencimento foi estendido para 15/10, e, portanto, a Câmara pode apreciar a matéria na terça-feira. Avalia que será importante os vereadores terem mais tempo para adequarem o projeto, de maneira a que ele atenda de fato a população cachoeirense. / **Delandi Pereira Macedo:** — Sugere que a sessão seja suspensa para que os vereadores se reúnam e definam qual será a proposta de porcentagem ou, então, que façam isso ao final dos trabalhos de hoje. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Concorda com a sugestão do Vereador Delandi. / **Brás Zagotto:** — Diz que, assim que acabar a sessão, os vereadores poderão se reunir para decidir sobre isso. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece ao Presidente Brás Zagotto. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Deixa claro que não é contra a CEI, muito pelo contrário, mas lembra que há na Câmara uma comissão formada por pessoas de bem. Diz que fica chateado ao ser colocado em xeque por causa de algumas pessoas que divulgam mentiras. Frisa que entrou limpo na política para representar a população, mas, como vereador, está sendo tachado por pessoas que não têm moral nenhuma. Então, ressalta que, na política, às vezes, é preciso engolir algumas coisas, já que muitas dessas pessoas querem palco. Confirma as palavras do Vereador Diogo de que os membros dessa comissão estão esperando a ajuda de advogados e de auditores contábeis, pois a documentação é pública e está aberta a todos os que quiserem contribuir com esse relatório, o qual será encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, que seria o mesmo trâmite da CEI. Registra que, recentemente, o Tribunal de Contas suspendeu um processo da Câmara Municipal por falta de informações. Enfatiza que os vereadores não querem deixar nada às escondidas, até porque a documentação é aberta a todos. Menciona que a CEI ia demorar mais para fazer isso, porque ela tem um trâmite maior. Inclusive salienta que a comissão conseguiu os documentos em tempo recorde. Comenta que parte da população está sendo desinformada, pois há pessoas fazendo link entre CEI e IPTU, destacando que, se os vereadores não abrirem a comissão especial de inquérito, esse imposto não voltará ao que era antes ou não terá o valor reduzido. Diz que ficou chateado com um ato do Poder Executivo, pois conhece o trabalho e a lisura do Vereador Diogo Lube e sabe que ele não pediu a nomeação de uma pessoa do seu partido. Frisa que todos os vereadores estão buscando a verdade, pois representam a população, e não o Poder Executivo. Conta que é cobrado e, às vezes, não tem direito nem ao contraditório, porque a pessoa acha que o certo é o que ela recebeu de informação. Concorda com as palavras do Vereador Delandi de que o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Ministério Público e o Tribunal de Contas estão vendo essa movimentação em Cachoeiro e as pessoas reclamando desse gasto de 12 milhões de reais. Então, acredita que, assim que os documentos chegarem a esses órgãos, eles também vão investigar tal valor. Registra o seu respeito aos colegas vereadores, mas deixa claro que a comissão não está dando tempo a ninguém, e sim buscando a verdade, mas de uma forma diferente. Diz esperar que o relatório da comissão seja feito o mais rápido possível, inclusive salienta que seria muito bom se todos os colegas fossem juntos entregá-lo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Lembra que os componentes dessa comissão foram eleitos pelos colegas vereadores para representar toda a Câmara. Enfatiza que, se a verdade encaminhar para a CEI, assim será. Ressalta que esses últimos dias foram complicados, pois a todo o momento tinha que responder mensagens. Frisa que não é puxadinho de Executivo nem nunca foi; portanto, pede aos colegas que façam a política que acharem certa, mas sem guerra. / Dando continuidade, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Marcelo Fávero de Oliveira (Tempo cedido pelo líder do DEM):** — Enaltece o trabalho da comissão criada na Câmara para apresentar resultados quanto ao IPTU. Fala sobre o trabalho sério que essa comissão tem trilhado até agora, destacando que o fruto disso são o projeto e as emendas que estão sendo construídos e, se Deus quiser, na próxima sessão, serão aprovados. Diz que os adversários políticos querem desidratar pessoas que têm nome, família e trabalho. Ressalta que podem perguntar se o Marcelinho Fávero deve 1 real a alguém, se prometeu alguma coisa durante a campanha eleitoral ou se deu pelo menos um litro de gasolina para que as pessoas trabalhassem na campanha dele. Enfatiza que tem um nome e que o seu trabalho na Câmara é sério, com vistas a buscar solução para os problemas do povo, de forma especial quanto ao IPTU, e não para jogar para a plateia. Menciona que, paralelo a esse trabalho, os vereadores estão fiscalizando o contrato de 12 milhões de reais, sendo que os documentos já estão disponíveis para todos os cidadãos. Registra que respeita a opinião de todos quanto à comissão especial de inquérito, mas lembra que para tudo há um tempo. Salienta que, se a CEI tivesse sido aberta, o salário de muitos servidores da Casa teria que ser picado pela metade para pagar o custo disso. Então, comenta que tudo tem que ser feito com muita responsabilidade, já que não existe orçamento para isso. Frisa que a prerrogativa dos vereadores já é fiscalizar, doa a quem doer. Pergunta por que precisam dar um passo mais à frente, se já têm mais de duas mil páginas de documentos na comissão. Conta que não fez nem um pedido de informação solitário, porque confia no passo que deram na comissão. Diz que os vereadores foram guerreiros e fizeram discursos fervorosos para que alcançassem o resultado que vão apresentar à população, a partir da semana que vem e dos próximos passos que serão dados diante da fiscalização a essa empresa. Ressalta que estão a cem quilômetros à frente de uma comissão especial de inquérito, porque a atribuição natural dos vereadores já é fiscalizar, o que estão fazendo muito bem. Parabeniza a Câmara e os vereadores que lutaram e continuam lutando. Comenta que o difícil não é o exercício da função de vereador em si, e sim ver a pobreza de tantas almas, que usam palavras falsas para atingirem as pessoas. Acrescenta que essas pessoas têm o espírito abatido pela fraqueza; então, salienta que intensifica as suas orações para que elas se libertem. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Conta que o Rodrigo, assessor do Mestre Gelinho, disse que foi ao barbeiro, o qual estava lendo um jornal e citou que o Diogo Lube era um vagabundo. Registra que estava em uma sorveteria com a sua filha e viu algumas pessoas rindo e dizendo que tal vagabundo ainda ganhava não sei quanto para fazer isso e aquilo. Salienta que no grupo de WhatsApp dos vereadores há pessoas fazendo meme com a figura do colega Júnior Corrêa, que pode até levar na esportiva, mas, em algum momento, isso poderá virar um bullying social com a representação da Câmara. Então, diz que de fato a dificuldade não é só fiscalizar com técnica, mas também ter que colocar a vida à prova e ser vitrine para as pessoas ficarem jogando

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



pedras, em nome de um circo que querem armar usando os vereadores de forma infeliz. Informa esse tipo de coisa é o que mais o desagrada na política, inclusive quando vê aluno em sala de aula pegando no celular reportagem que não é verdadeira. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Destaca que o Vereador Diogo é de esquerda; ele, Marcelo, conservador de direita, e certamente vão divergir em muitas propostas na Câmara. Porém, menciona que a pessoa precisa ter capacidade de ver o colega lutando bravamente e lhe dar a mão para lutarem juntos por uma matéria, por mais que em outras possam divergir depois. Diz que, infelizmente, essa falta de sensatez é gritante. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que tem ouvido muito sobre o custo da CEI, como se, obrigatoriamente, tivesse que contratar não sei quantos profissionais para fazerem uma análise. Reconhece que realmente a CEI dá a possibilidade de contratar um jurídico especificamente para esse trabalho. Então, avalia que é melhor ter esse gasto na Câmara diante do benefício que Cachoeiro poderá ter no que diz respeito aos 12 milhões de reais pagos a essa empresa. Lembra que, na semana passada, o Vereador Diogo disse que um dos requerimentos de informação falava sobre georreferenciamento e que ele não teria o conhecimento técnico para fazer a análise. Assim, pergunta se o Vereador Marcelinho e a comissão têm esse conhecimento. Destaca que a comissão especial de inquérito não pode ser aberta porque não terá dinheiro para pagar uma equipe para fazer as análises; então, indaga quem fará isso agora: a comissão criada ou os vereadores. Frisa que não tem conhecimento e, portanto, teria que recorrer a alguém de fora. Questiona se a comissão aberta terá também que recorrer a alguém de fora e contratar. Informa que estão utilizando como justificativa a falta de verba para abrir uma comissão especial de inquérito, como se fosse obrigatória essa contratação. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Pergunta se o Vereador Juninho teria como responder numa CEI sobre georreferenciamento do plano de voo de um avião. Informa que a justiça comum tem peritos; assim, quando se transfere para o terceiro Poder, que é o Judiciário, fazendo o encaminhamento do relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, tais órgãos indicam os peritos que serão pagos pelo poder público. Indaga se os vereadores que estão propondo a CEI têm capacidade técnica para fazer uma análise sobre a tecnologia que deve ser utilizada por um avião para medir as áreas e sobre a temporalidade e a sombra que uma fotografia mede para saber se o imóvel está representado num padrão específico. Repete que o terceiro Poder, ou seja, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, tem técnicos e auditores específicos para analisarem uma planilha. Portanto, diz que estão transferindo a responsabilidade do ato punitivo a esse terceiro Poder, e não fazendo da Câmara Municipal um circo para propor a cassação do prefeito, já que as respostas teriam que ser dadas por um técnico da Fazenda. Ressalta que isso será transferido para o Poder Judiciário e, se possível, até para a Polícia Federal; agora, acha que simplesmente criar uma comissão especial de inquérito, que não tem técnica para apurar, é dar um tiro no escuro. Declara que o procedimento que a comissão está fazendo está dentro da legalidade e do trâmite correto. Registra que, se o segundo Poder, que é o Legislativo, não dá conta, pode entregar ao terceiro Poder. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Então, pergunta se o trabalho de investigação do Legislativo está sendo jogado para o MP. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Responde que o trabalho do Legislativo é o papel fiscalizador. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Afirma que só está perguntando isso, porque questionam a CEI a todo o momento. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Frisa que também questionam a comissão o tempo todo. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Analisa que quem tem questionado isso e desinformado a população são os adversários políticos, aqueles que não foram eleitos e queriam estar na Câmara. Deixa claro que são os extremos que atrapalham o processo legal e desinformam a população, além de invadirem a vida de tantos vereadores. Ressalta que todos os vereadores têm um protagonismo



político muito bonito; portanto, deveriam viver o próprio mandato e pararem de dar ouvidos a tantos extremistas. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (PL):** — Lembra que o colega Marcelinho disse que aqueles que estão falando em CEI não estão na Câmara e gostariam de estar, mas informa que ele, Juninho Corrêa, foi eleito vereador e é a favor da comissão especial de inquérito. Enfatiza que não está na Câmara para cassar o prefeito e que a CEI é para investigar o contrato da empresa que fez um cadastramento falso em Cachoeiro. Diz que o secretário esteve na Câmara para fazer os vereadores de bobos. Registra que o prefeito trouxe meia dúzia de pessoas de Vitória e ainda disse que havia secretários de Cachoeiro. Pergunta se são as “porcarias” que não fazem nada no Município, como os secretários de Interior e de Agricultura. Indaga sobre os mais de 11 milhões de reais pagos à Empresa SQL, que fez um cadastramento fake em Cachoeiro. Salaria que podem recorrer ao Ministério Público e a outros órgãos, mas gostaria de entender como um vereador se recusa a cumprir o próprio papel e prefere deixar que terceiros façam isso. Frisa que os vereadores precisam ter um pouquinho de independência e de amor ao Poder Legislativo e entenderem que estão na Câmara para cobrarem as respostas, e não para ficarem criticando quem está lá fora. Ressalta que, independente de quem perdeu a eleição ou de qualquer outra coisa, as pessoas também querem saber dessas informações. Menciona que votou a favor da comissão e considera justo o trabalho dos vereadores que a compõem, pois conseguiram as informações. Admite que não tem conhecimento técnico para entender tudo, mas vai dar o seu jeito, só não pode simplesmente votar porque confia no prefeito. Diz que esse não é o trabalho de vereador, e sim de capacho. Deixa claro que não quer dizer que a Câmara é um puxadinho, mas, se os colegas começarem a agir assim, não terá escapatória. Afirma que a Câmara é independente e está fazendo bem o seu papel, mas ela não pode abaixar a cabeça para tudo o que o prefeito manda. Então, pergunta qual é o problema de investigar isso. / **Alexandre Andreza Macedo (PSB e Poder Executivo):** — Frisa que não chegou recado do governo para que fosse aberta comissão para investigar A ou B e que essa foi uma decisão, com responsabilidade, entre os vereadores e o presidente da Câmara. Parabeniza os vereadores envolvidos nessa comissão pelo trabalho que têm prestado ao Município. Ressalta que cada vereador tem a sua posição, inclusive uns tomaram a decisão de assinar a CEI, e nenhum colega criticou isso, pelo contrário, todos respeitaram. Registra que os dezesseis vereadores, em conjunto, tomaram outra decisão, até porque há uma comissão para avaliar o que aconteceu com esses 11 milhões e 600 mil reais. Concorde que o que aconteceu em Cachoeiro foi uma facada no coração dos contribuintes. Deixa claro que os vereadores da legislatura anterior não foram informados de que a Secretaria de Fazenda e o governo tinham contratado essa empresa para fazer o cadastramento do IPTU no Município. Enfatiza que, quando os vereadores votaram a Planta Genérica, também não sabiam desse cadastramento. Solicita aos moradores de Itioca que aguardem um pouco, pois há muita desinformação na mídia. Inclusive considera uma covardia fazerem jogo político em cima do IPTU. Salaria que reajuste de IPTU não tem nada a ver com a empresa contratada, mas misturaram isso na cabeça da população e hoje ela entende que a abertura da CEI é o único recurso. Diz que na Câmara não há nenhum menino bobo para acreditar que o objetivo não seja cassar o prefeito. Pergunta, então, se o objetivo é dar evidência ao prefeito, com irresponsabilidade e sem apurar nada. Menciona que primeiro é preciso levantar os fatos e, depois, levar ao conhecimento do terceiro Poder, sendo o momento de o Ministério Público se levantar, se houver alguma irregularidade. Lembra que a última CEI foi aberta na época do governo de Casteglione e foi encaminhada ao Ministério Público, retornando para a Câmara com indícios, mas foi rejeitada pelos vereadores; depois, as contas do prefeito foram para o TC e, mais tarde, aprovadas na Câmara Municipal. Portanto, frisa que é preciso apurar de fato. Conta que as informações estão no Portal da Transparência e quem quiser que leia e

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



interprete de forma justa, conforme a comissão está fazendo. Destaca que dizer que não dá para abrir uma CEI por causa dos custos fica muito vago, pois não é só isso. Informa que não vão abrir a CEI agora porque estão investigando primeiro; se encontrarem alguma irregularidade, a comissão de inquérito será aberta sim, mas com responsabilidade, e não com politicagem. Comenta que o prazo de vencimento do IPTU foi estendido para outubro ou novembro, mas a revisão está sendo marcada na Secretaria de Fazenda para o final de agosto e início de setembro. Então, alerta que não dará tempo e já existe o projeto com as emendas para ser votado. Inclusive diz que as emendas podem ser feitas em conjunto na comissão, mas também de forma individual. Pede que isso seja feito ainda esta semana para resolver o problema e dar uma resposta à sociedade o mais rápido possível. Menciona que o governo retroagiu em 80%, mas os vereadores vão acrescentar, através de emenda, mais 10%, e, contando com os 10% de desconto a que todos têm direito, vai praticamente zerar esse aumento. Registra que os vereadores vão conversar para tomarem, em conjunto, a melhor decisão. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Diz que se sentiu ofendido com a fala do Vereador Alexandre de Itaoca, quando mencionou que a CEI é um ato de irresponsabilidade. Frisa que seria irresponsável, se não tivesse proposto a CEI quando viu tanta arbitrariedade. Informa que a Prefeitura paga 5 milhões de reais à Empresa Ampla para divulgar todos os atos, mas não deu transparência a esse processo. Registra que foi eleito para fiscalizar, inclusive conta que, quando falou em propor a CEI, o Vereador Marcelinho também comentou que faria isso e até assinou a comissão, mas, como apareceu um erro e foi preciso acertar a proposta, ele não quis assiná-la novamente. Então, deixa claro que não foi irresponsável em momento nenhum e que essa comissão não é para cassar o prefeito, e sim para apurar se foi ou não feito o recadastramento em Cachoeiro. Enfatiza que não acusou o prefeito em momento nenhum. Lembra que, na semana passada, disse que alguém da Prefeitura estava tocando terror em sua vida; portanto, diz ao Vereador Diogo que, desde janeiro, também está levando cacetada de jornais ligados ao Poder Executivo. Salienta que propôs a comissão especial de inquérito também para apurar a Ampla, que recebe milhões de reais da Prefeitura. Pergunta qual a divulgação que a Ampla deu ao IPTU. Ressalta que 12 milhões 251 mil reais dariam para colocar carros de som na rua avisando a população sobre o recadastramento. Menciona que não houve divulgação do recadastramento e que quer fiscalizar a empresa que recebeu essa fortuna. Destaca que foi dito que isso será levado para o Judiciário, mas acha que seria mais fácil abrir a comissão especial de inquérito do que ficar fazendo essa volta. Pede aos colegas que respeitem a sua opinião e pergunta se vão sempre dizer que ele está jogando para a galera. Frisa que não manda ninguém falar mal de ninguém, pois não tem tempo para isso. Avalia que deve haver alguma coisa errada, já que está incomodando tanto, ao ponto de alguém querer cassar o seu mandato. Diz que, de janeiro até agora, ninguém falava em cassar mandato; porém, de uns tempos para cá, a coisa mudou com essa imprensa podre e sem-vergonha, que vive mamando nas tetas do poder público. Deixa claro que tem a consciência tranquila de que fez tudo certo e, por isso, não tem medo dessa gentinha que, para sobreviver, precisa falar mal dos outros. Analisa que alguém paga para essa gente falar mal dele, pois não é bobo e está investigando tudo. Conta que ele e o Vereador Juninho estão levando lambadas porque são a favor da abertura da CEI. Salienta que o Ministério Público tem que se manifestar. Indaga por que a comissão proposta pelo Vereador Diogo, da qual inclusive votou a favor, pode fazer isso, e a CEI não. Questiona se é porque ela intima, prende e pode fazer a condução coercitiva de alguns secretários que não vão querer comparecer à Câmara. Enfatiza que é preciso abrir a comissão especial de inquérito, porque o povo tem sede de justiça e quer saber por que a Prefeitura pagou 12 milhões 251 mil reais para essa empresa, que não colocou ninguém para ir às casas fazer o recadastramento nem medir o imóvel para saber se o teto estava rebaixado, se colocaram um piso novo e se a rua foi



prestigiada com alguma obra. Diz saber que está sendo prejudicado em sua região, já que nem o lixo e o entulho estão sendo retirados. Comunica que vai ao Ministério Público cobrar por que o Município não está fazendo a coleta de lixo nem a limpeza em seu bairro. Pergunta se é porque ele é da oposição. Registra que não entrou na Câmara para ser oposição, e sim para fazer o certo. Informa que há pessoas negociando obras com um secretário e avisa que vai citar os nomes, se a limpeza não for feita no Bairro Monte Belo. / **Diogo Pereira Lube (PP):** — Registra que há em Cachoeiro algumas mídias sérias e também as oportunistas que gostam de fazer circo. Explica que a comissão especial de inquérito é de fato um atributo do Legislativo e seu objetivo é fazer um processo investigativo sobre algo do Poder Executivo que for considerado nebuloso, e isso é transformado num momento político. Informa que, quando se abre uma CEI, investiga-se o prefeito na figura de suas secretarias. Ressalta que a CEI tem o poder de levantar as documentações e entregá-las ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, com um relatório específico, e aguardar que, juridicamente, sejam dados os pareceres. Deixa claro que vereador não prende ninguém, pois quem faz isso é o juiz. Conta que o policial militar pode até prender, mas quem dá o veredicto é o terceiro Poder. Frisa que não cabe ao Legislativo o poder de punir, de prender nem de fazer com que os 12 milhões de reais sejam devolvidos para a população. Portanto, enfatiza que uma CEI levanta uma ação política e coloca como protagonista o prefeito, e não o secretário de Fazenda, o qual, se errou, deve realmente ser exonerado e punido, seja por um Termo de Ajuste de Conduta, uma designação judicial ou de outra forma, mas isso quem vai dizer não são os vereadores. Repete que houve erro, pois, do contrário, não teriam mandado para a Câmara um projeto de lei pedindo várias correções. Salienta que o papel fiscalizador dos vereadores está sendo feito, o que está divergindo são os procedimentos escolhidos, e não as finalidades. Diz que os vereadores não querem tapar o problema, estão apenas usando procedimentos diferentes para tentar resolvê-lo. Comenta que uns querem um espetáculo, com o prefeito dando respostas técnicas que os vereadores não saberão se estão certas ou erradas; outros preferem que peritos do Ministério Público e do Tribunal de Contas avaliem a documentação. Deixa claro que todos os vereadores querem resolver o problema do IPTU e que a empresa, caso tenha alguma coisa não revelada, seja punida, dentro das vias legais. Enfatiza que não questiona o posicionamento dos vereadores que assinaram a CEI, só não aceita que digam que a comissão está equivocada e, assim, lá fora, as pessoas queiram minar um procedimento legal em nome de três, quatro, cinco ou seis que têm outra opinião, mas, democraticamente, ainda não são a maioria. Pergunta quanto tempo demorou a CEI do ex-prefeito Casteglione. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que, regimentalmente, a CEI tem um prazo, que pode ser de noventa ou de cento e vinte dias, sendo que os vereadores é quem estabelecem isso, mas a discussão pode levar mais de um ano. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que a comissão foi aberta há cerca de vinte dias e já recebeu as respostas do Poder Executivo Municipal; assim, na semana que vem, o relatório será enviado ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Destaca que não houve CEI para investigar o ex-prefeito Casteglione, pois os vereadores, da época, rejeitaram o pedido. / **Diogo Pereira Lube:** — Frisa que quis mostrar que essa comissão está tentando trabalhar o mais rápido possível, pois, em vinte dias, já conseguiu colher informações e vai fazer o relatório para entregá-lo aos órgãos competentes. Portanto, pede que acreditem nessa comissão e contribuam para que haja transparência nas respostas, de maneira a que a população não seja mais prejudicada com informações que não condizem com a realidade. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o Dr. Lorrان receberia uma homenagem na sessão solene de sexta-feira, mas não pôde se fazer presente; então, informa que isso ocorrerá hoje, no tempo do Vereador Chupeta. / Em seguida, o Vereador Osmar Francisco fez a entrega do Título



de Cidadania Cachoeirense ao Dr. Lorrان Coque Fonseca. / **Osmar Francisco:** — Comenta que está sendo um presente poder prestar uma homenagem ao Dr. Lorrان, que nasceu em Muqui, foi criado em Mimoso e hoje trabalha na área da saúde em Cachoeiro. Diz ao Dr. Lorrان que ele pode contar com os vereadores, com o prefeito e com os secretários para ajudarem esse setor no que for possível. / **Lorrان Coque Fonseca:** — Conta que chegou a Cachoeiro, aos quinze anos de idade, para estudar e se preparar para o vestibular; depois, foi para o Rio de Janeiro, onde se formou médico. Ressalta que, quando estava terminando sua residência de ortopedia, o Professor Márcio Malta, que é um dos ortopedistas mais renomados em nível nacional e até internacional, lhe ofereceu um emprego em sua clínica, mas decidiu voltar para a sua região, para Cachoeiro de Itapemirim, onde começaria a sua vida profissional. Lembra que pediu uma oportunidade para trabalhar na Santa Casa, onde foi muito bem recebido. Então, diz que, quando o Dr. Lauro decidiu se afastar principalmente da carreira cirúrgica, lhe incumbiu da missão de coordenar o serviço de ortopedia daquele hospital. Informa que a Santa Casa é responsável por atender a cerca de seiscentas mil pessoas, vindas dos Municípios do Litoral Sul até o Caparaó, pegando as cidades que fazem divisa com o Rio de Janeiro. Comenta que o perfil dos pacientes atendidos naquele hospital é de jovens que sofrem acidentes envolvendo motocicletas. Fala da situação financeira da Santa Casa e pede aos vereadores que continuem olhando com carinho por aquela instituição centenária. Registra que os vereadores podem contar com ele e com a sua disposição para ajudar a saúde pública em Cachoeiro. Agradece a todos pela homenagem. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz ao Dr. Lorrان que a Câmara está à disposição da Santa Casa para ajudar no que for possível. Lembra que, desde que chegou à Câmara, em 1996, os vereadores sempre trabalharam para ajudar o referido hospital, o qual costumavam chamar de a “mãe dos pobres”, diante do trabalho que sempre fazia pela população carente de Cachoeiro e de todo o Sul do Estado. / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**, sendo acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 101/2021 – Arildo Tomaz Bucker** (Requer que o Prefeito Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, lhe informe o seguinte acerca da aplicação de revsol: 1 – Quais as comunidades do interior já foram contempladas com o revsol? 2 – Quais foram os critérios para a escolha das comunidades que já foram contempladas com revsol e as que ainda o serão? 3 – Se consta na programação a aplicação do revsol na localidade de Valão de Areia; em caso positivo, qual o prazo para execução/conclusão do serviço?); **103/2021 – Evandro Miranda** (Requer que o Sr. Vander de Jesus Maciel, Secretário Municipal de Manutenção e Serviços, lhe informe por que não foram concluídas as obras das Ruas Validório Giro, Vitória Molinaroli e Domingos Fabris, no Bairro São Geraldo); **102/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Requer que o Sr. Alex Wingler Lucas, Secretário Municipal de Saúde, lhe informe sobre a construção da nova unidade básica de saúde (UBS) do Bairro Zumbi, cujo ordem de serviço foi assinada no dia 15 de novembro de 2019, pelo Prefeito Victor da Silva Coelho, com investimento de 3,2 milhões de reais. Registra que a nova unidade funcionaria na Rua José Eugênio de Souza, antiga Rua 23, e seria uma unidade de nível III; no entanto, as obras ainda nem foram iniciadas); **104/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer que a Sra. Cristina Lens Bastos de Vargas, Secretária Municipal de Educação, lhe informe sobre carne exalando mau-cheiro ao ser manipulada na Escola EMEB São Francisco de Assis, na Rua Santino Samuel Aguiar, 30, no Bairro São Francisco de Assis. Solicita informação referente à qualidade e como são armazenadas as carnes para a merenda escolar e também por que a carne, quando é manipulada e colocada em alta temperatura, fica com mau-cheiro, dentro e fora da escola. Insta saber que moradores próximos afirmam sentir cheiro de carne podre quando são



preparadas as refeições); **105/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer que o Sr. Alex Wingler Lucas, Secretário Municipal de Saúde, lhe informe sobre a falta de equipamentos e produtos de segurança na Unidade Básica de Saúde Marinho Salviano da Costa, no Bairro Abelardo Machado. Solicita informação, visto que, após visita, foi constatada a falta de produtos básicos para um atendimento digno e adequado aos munícipes, entre eles itens indispensáveis, ainda mais neste período de pandemia, como panos de chão, produtos de limpeza, máscara Nº 95 e jalecos descartáveis. Registra que a internet não funciona e que o equipamento do consultório do dentista, onde vai as sucções de pacientes, está voltando e contaminando toda a sala. Informa que outras unidades de saúde passam pela mesma situação e lembra que, agora, devido ao novo modelo de encaminhamentos para especialidades e cirurgias, que antes eram feitos nos centros de referências, isso passa a ser feito pelas unidades básicas. É de se saber ainda que as informações de quantidade de vacinados são enviadas via internet; assim, sem uma internet de qualidade, fica impossível trabalhar); *Enviando Votos de Congratulação*: 172 e 173/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 174, 175, 176, 177 e 178/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; **Projetos de Decreto Legislativo**: *Concedendo “Título de Cidadania Cachoeirense”*: 170/2021 – Alexandre Andreza Macedo (Ao Sr. Júlio Eduardo Souza), 168/2021 – Brás Zagotto (Ao Sr. Vinícius da Silva Lopes), 169/2021 – Brás Zagotto (Ao Sr. Wellington Adriano Ferreira), 151/2021 – Diogo Pereira Lube (À Sra. Brunella Francischetto Ultramar Carlette), 166/2021 – Evandro Miranda (Ao Padre Damião José do Nascimento) e 178/2021 – Alexandre Valdo Maitan (Ao Sr. José Luiz Simonelli Daniel Júnior); *concedendo “Comenda Camilo Cola”*: 154/2021 – Alexandre Valdo Maitan (Ao Sr. Jackson Rangel Vieira Júnior), 150/2021 – Diogo Pereira Lube (Ao Sr. Edson Maciel Peixoto) e 148/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (Ao Sr. Joelci Francez); *concedendo “Título de Empresário Presente do Ano”*: 157/2021 – Delandi Pereira Macedo (Ao Sr. Douglas Chagas Fiorin), 153/2021 – Diogo Pereira Lube (Ao Sr. Flávio Lougon Misse) e 171/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Ao Sr. Evaldo Chrisóstomo de Vargas); *concedendo “Comenda Dra. Moema Baptista”*: 156/2021 – Diogo Pereira Lube (À Sra. Luciene Pereira Lube), 158/2021 – Osmar Francisco (À Sra. Marilene de Batista Depes) e 177/2021 – Alexandre Valdo Maitan (À Sra. Michele Alves de Oliveira); *concedendo “Comenda Batistinha”*: 167/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Marcelo Gama Nazário da Fonseca); *concedendo “Título Antônio Pimentel de Jesus”*: 152/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (Ao Sr. Pedro Lachini) e 176/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Jaci de Melo Carvalho). / Na sequência, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o pedido de Regime de Urgência** para apreciação do Projeto de Lei 61/2021 – Poder Executivo (Dispõe sobre a alteração da Tabela 7 – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da Lei Municipal Nº 7.858, de 23 de dezembro de 2020, e da Lei 7.862, de 30 de dezembro de 2020, e dá outras providências). / Prosseguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o pedido de Regime de Urgência** para apreciação do Projeto de Lei 62/2021 – Poder Executivo (Prorroga as datas de vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – e da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos – TCDRS, relativamente ao exercício fiscal de 2021, concede descontos, e dá outras providências). / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Lembra que o Vereador Allan falou sobre a suspensão, pelo Tribunal de Contas, de uma licitação de publicidade da Câmara. Assim, informa que a Comissão de Licitação é a mesma de dez anos atrás e ela fez tudo dentro da legalidade e da maior transparência possível, publicando o edital no site da Câmara e no Diário Oficial, conforme manda a lei. Porém, diz que uma empresa do interior de São Paulo, de nome Arkus Propaganda Ltda., tentou participar da licitação e pediu o adiamento de prazo, tendo solicitado algumas informações, do tipo como era Cachoeiro e quantos meios de comunicação havia na cidade. Ressalta que tudo o que essa empresa solicitou já constava do Portal da Transparência.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Então, registra que o Sr. Murilo Ronchesel, em vez de ter documentado na Câmara um pedido para ser analisado, preferiu ir direto ao Tribunal de Contas. Comenta que são itens pequenos que estão sendo acertados, inclusive já responderam ao Tribunal de Contas e, assim, esperam que, daqui a alguns dias, a Câmara possa publicar o edital novamente. Salaria que a Empresa Conteúdo, de Cachoeiro, tinha vencido a licitação. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz saber da lisura, da transparência e da publicidade de todos os certames licitatórios da Câmara. Deixa claro que só quis fazer uma analogia, dizendo que os documentos da comissão serão levados para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas, que também são órgãos fiscalizadores. Destaca que a Câmara não tem o conhecimento específico, mas, através dessa comissão, num tempo recorde, conseguiu a documentação. Salaria que a licitação foi barrada devido a um erro formal; então, ressalta que qualquer erro do Executivo ou do Legislativo será levado também para esses órgãos fiscalizarem com os vereadores. Frisa que tem certeza de que a Câmara fez tudo dentro da legalidade. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que a presidência e o jurídico da Casa tomaram todas as medidas cabíveis dentro da legislação, de maneira a que o Tribunal de Contas entenda que houve lisura no processo de licitação da Câmara. Então, espera que, dentro de poucos dias, a Câmara possa fazer uma nova licitação. Avisa aos vereadores que haverá uma reunião no gabinete da presidência, após o encerramento da sessão, para discutir sobre as emendas ao projeto do IPTU. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas.---